

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – Sicredi Mil RS
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – Sicredi Mil RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – Sicredi Mil RS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC - PR 051818/O-7 S-RS
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 42.187 mil, aumento de 27,47% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 19.675 mil, com evolução de 21,88% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 19.619 mil, representando 88,51% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 2.011 mil, compondo 9,07% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 537 mil ou 2,42% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 38.558 mil em dezembro de 2015, com incremento de 28,39% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 27.635 mil, com crescimento de 30,75% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 46,80% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 2.848 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 7.998 mil, tendo um aumento de 16,05% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S/A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco Cooperativo Sicredi S/A possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi S/A está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS
CNPJ/MF nº 03.212.823/0001-79

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	31.868	24.242	CIRCULANTE	8.872	7.670
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	149	138	DEPÓSITOS (NOTA 08)	5.166	4.542
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	18.677	13.686	Depósitos à Vista	2.848	1.940
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	18.677	13.686	Depósitos a Prazo	2.318	2.602
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	10.272	8.096	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	77	64
Operações de Crédito	11.042	8.743	Recursos em Trânsito de Terceiros	77	64
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(770)	(647)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 09)	581	524
OUTROS CRÉDITOS	2.767	2.319	Empréstimos País - Outras Instituições	581	524
Rendas a Receber	86	45	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.048	2.540
Diversos (NOTA 06)	2.722	2.303	Cobrança e Arrecadação de Tributos	2	2
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(41)	(29)	Sociais e Estatutárias	206	196
OUTROS VALORES E BENS	3	3	Fiscais e Previdenciárias	155	118
Despesas Antecipadas (NOTA 06)	3	3	Diversas (NOTA 10)	2.685	2.224
NÃO CIRCULANTE	10.319	8.853	NÃO CIRCULANTE	25.317	18.533
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.214	6.791	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.317	18.533
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	8.214	6.791	DEPÓSITOS (NOTA 08)	25.317	18.533
Operações de Crédito	8.633	7.400	Depósitos a Prazo	25.317	18.533
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(419)	(609)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.998	6.892
PERMANENTE	2.105	2.062	CAPITAL SOCIAL (NOTA 12)	3.236	2.977
INVESTIMENTOS (NOTA 07a)	1.295	1.295	De Domiciliados no País	3.237	2.977
Outros investimentos	1.295	1.295	(Capital a Realizar)	(1)	-
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	600	617	RESERVAS DE SOBRAS	4.224	3.578
Imóveis de Uso	184	184	SOBRAS ACUMULADAS	538	337
Outras Imobilizações de Uso	683	653			
(Depreciação acumulada)	(267)	(220)			
INTANGÍVEL (NOTA 07b)	210	150			
Outros Ativos Intangíveis	367	275			
(Amortização acumulada)	(157)	(125)			
TOTAL DO ATIVO	42.187	33.095	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.187	33.095

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS
CNPJ/MF nº 03.212.823/0001-79

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.123	-	3.123	5.857	-	5.857	4.607	-	4.607
Operações de Crédito	3.123	-	3.123	5.857	-	5.857	4.607	-	4.607
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.025)	(4)	(2.029)	(3.315)	(6)	(3.321)	(2.218)	(4)	(2.222)
Operações de Captação no Mercado	(1.688)	(1)	(1.689)	(2.972)	(2)	(2.974)	(1.803)	(1)	(1.804)
Operações de Empréstimos e Repasses	(37)	(3)	(40)	(68)	(4)	(72)	(50)	(3)	(53)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(300)	-	(300)	(275)	-	(275)	(365)	-	(365)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.098	(4)	1.094	2.542	(6)	2.536	2.389	(4)	2.385
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(821)	75	(746)	(1.647)	249	(1.398)	(1.789)	247	(1.542)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	36	275	311	69	544	613	58	451	509
Rendas de Tarifas Bancárias	30	-	30	55	-	55	38	-	38
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(951)	(63)	(1.014)	(1.796)	(111)	(1.907)	(1.533)	(99)	(1.632)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(582)	(149)	(731)	(1.071)	(184)	(1.255)	(806)	(78)	(884)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(14)	(17)	(7)	(28)	(35)	(7)	(23)	(30)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 15)	1.341	55	1.396	2.329	76	2.405	1.437	37	1.474
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	(692)	(29)	(721)	(1.226)	(48)	(1.274)	(976)	(41)	(1.017)
RESULTADO OPERACIONAL	277	71	348	895	243	1.138	600	243	843
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	79	-	79	197	-	197	92	-	92
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	356	71	427	1.092	243	1.335	692	243	935
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(38)	(38)	-	(91)	(91)	-	(64)	(64)
Provisão para Imposto de Renda	-	(18)	(18)	-	(46)	(46)	-	(31)	(31)
Provisão para Contribuição Social	-	(20)	(20)	-	(45)	(45)	-	(33)	(33)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	356	33	389	1.092	152	1.244	692	179	871
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	152	(152)	-	118	(118)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	356	33	389	1.244	-	1.244	810	61	871
DESTINAÇÕES	-	-	-	(706)	-	(706)	(473)	(61)	(534)
Fates - Estatutário (Nota 12 c)	-	-	-	(60)	-	(60)	(37)	-	(37)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(61)	(61)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 12 c)	-	-	-	(597)	-	(597)	(375)	-	(375)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(49)	-	(49)	(61)	-	(61)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	386	152	538	337	-	337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS

CNPJ/MF nº 03.212.823/0001-79

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	2.822	3.043	323	6.188
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(224)	(224)
Destinações para reservas	-	99	(99)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	203	-	-	203
Baixas de capital	(48)	-	-	(48)
Resultado do período	-	-	871	871
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(37)	(37)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(61)	(61)
Reserva Legal - Estatutária	-	375	(375)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	61	(61)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	2.977	3.578	337	6.892
Mutações do Período	155	535	14	704
Saldos no início do período em 01/01/2015	2.977	3.578	337	6.892
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	135	-	(337)	(202)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	168	-	-	168
Baixas de capital	(44)	-	-	(44)
Resultado do período	-	-	1.244	1.244
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota c)	-	-	(60)	(60)
Reserva Legal - Estatutária (Nota c)	-	597	(597)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	49	(49)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	3.236	4.224	538	7.998
Mutações do Período	259	646	201	1.106
Saldos no início do período em 01/07/2015	3.177	3.578	855	7.610
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	80	-	-	80
Baixas de capital	(21)	-	-	(21)
Resultado do período	-	-	389	389
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota c)	-	-	(60)	(60)
Reserva Legal - Estatutária (Nota c)	-	597	(597)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	49	(49)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	3.236	4.224	538	7.998
Mutações do Período	59	646	(317)	388

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS
CNPJ/MF nº 03.212.823/0001-79

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	462	1.228	964
Resultado do exercício	389	1.244	871
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	73	(16)	93
(Reversão) Provisão para operações de crédito	83	(67)	130
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	16	12	2
Depreciação do imobilizado de uso	31	59	45
Amortização do intangível	19	32	30
Baixas do ativo permanente	-	2	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	30	30	-
Destinações ao FATES	(60)	(60)	(98)
Dividendos SicrediPar	(46)	(24)	(16)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.481	3.990	3.643
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	171	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(1.170)	(3.533)	(2.693)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(100)	-	-
(Aumento) Redução em outros créditos	(375)	(433)	(333)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	12	1	1
Aumento (Redução) em depósitos	3.378	7.407	6.231
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	27	13	-
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	25	57	110
Absorção de dispêndios pelo FATES	(31)	(51)	(41)
(Redução) Aumento em outras obrigações	544	529	368
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.943	5.218	4.607
Aquisição de Investimentos	-	-	(78)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(38)	(46)	(186)
Aplicações no Intangível	(42)	(92)	(51)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(80)	(138)	(315)
Integralização de capital	80	168	203
Baixa de capital	(21)	(44)	(48)
Distribuição de Sobras	-	(202)	(224)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	59	(78)	(69)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.922	5.002	4.223
Caixa e equivalente de caixa no início do período	15.904	13.824	9.601
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	18.826	18.826	13.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/03/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 25 de janeiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	149	138
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	18.677	13.686
Total	18.826	13.824

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	10.063	7.070	17.133	14.266
Financiamentos	979	1.563	2.542	1.877
Carteira total	11.042	8.633	19.675	16.143

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015					Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira		
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	429	3.735	6.098	8.080	18.342	14.895	
Industrial	-	-	-	-	-	31	
Comércio	-	26	32	41	99	16	
Outros Serviços	16	351	355	512	1.234	1.201	
Total	445	4.112	6.485	8.633	19.675	16.143	

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	13.013	5.304	65	27
Nível B	1,00	3.886	3.876	39	39
Nível C	3,00	2.720	5.151	82	155
Nível D	10,00	1.124	2.387	112	239
Nível E	30,00	455	863	137	258
Nível F	50,00	219	304	109	152
Nível G	70,00	213	67	149	47
Nível H	100,00	537	368	537	368
Total (i)		22.167	18.320	1.230	1.285

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS a qual registrou um incremento de provisão para operações de crédito de 9,64% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Títulos e créditos a receber	2.492	-	2.492	2.177
Total	2.492	-	2.492	2.177

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	358	78
Lançadas contra prejuízo (i)	504	339
Recuperadas de prejuízo (i)	149	131

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamentos e antecipações salariais	5	-	5	2
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	97	-	97	102
Devedores por depósitos em garantia	7	-	7	7
Impostos e contribuições a compensar	1	-	1	-
Pagamentos a ressarcir	-	-	-	3
Títulos e créditos a receber	2.492	-	2.492	2.177
Devedores diversos - País	120	-	120	12
Total	2.722	-	2.722	2.303

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	702	702
Sicredi Participações S.A. (i)	592	592
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	1.295	1.295

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	192.101 ON	192.101 ON	1	1	701.692	701.692
	400.241 PN	400.241 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,07%	0,08%	0,72%	0,74%	0,21%	0,21%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	592	592	1	1	702	702

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	184	(67)	117	125
Instalações	10%	357	(41)	316	318
Móveis e equipamentos de uso	10%	201	(76)	125	121
Sistema de comunicação	10%	5	(3)	2	3
Sistema de processamento de dados	20%	117	(78)	39	48
Sistema de segurança	10%	3	(2)	1	2
Imobilizado de Uso (i)	-	867	(267)	600	617
Intangível (ii)		367	(157)	210	150
Investimentos Confederação		367	(157)	210	150
Total		1.234	(423)	811	767

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 08 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	2.848	-	-	2.848	1.940
Depósitos a prazo	1.595	723	25.317	27.635	21.135
Total	4.443	723	25.317	30.483	23.075

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	581	-	581	524
Cooperativa Central Sicredi	581	-	581	524
Total	581	-	581	524

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Provisão para pagamentos a efetuar	359	-	359	199
Provisão para passivos contingentes (i)	52	-	52	8
Credores diversos - país (ii)	2.274	-	2.274	2.017
Total	2.685	-	2.685	2.224

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 14 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	1.107	1.030
Agenda cartão Visa a pagar	989	853
Outros	178	134
Total	2.274	2.017

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	8	30	-	38
Total	8	30	-	38

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	38	38	8
Total		38	38	8

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	3.236	2.977
Total de associados	4.217	3.879

c) Destinações

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 50% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 13 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Sicredi Mil RS utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 204 mil (R\$ 91 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03 d)	18.677	13.686
Diversos	104	104
Investimentos (Nota 07a)	702	702
Intangível (Nota 07b)	210	150
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 09)	581	524
Provisões para pagamentos a efetuar	35	26
Credores Diversos	44	45
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 15)	2.038	1.237
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	72	54
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	38	32
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 16)	832	658

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	29	1,02%	40
Pessoas físicas	29		40
Depósitos a prazo	1.127	4,08%	541
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.127		536
Operações de crédito	296	1,50%	240

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	235	262

valores em milhares de Reais

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 1.966 mil (R\$ 1.183 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 417 mil (R\$ 326 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 28 mil (R\$ 30 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 90 mil (R\$ 78 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 17 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	252	-
Carteira Habitacional	252	-
Total	252	-

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 18 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Rudy da Silva Martins
Presidente
CPF: 130.566.200-82

Luiz Antônio Fouchi de Leon
Vice Presidente
CPF: 352.780.800-00

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72